

Polêmica nuclear

Obra de novo depósito para dejetos de usinas mobiliza a cidade e o Ministério Público

Marcos Nunes
jnunes@extra.inf.br

► Responsáveis pela geração de cerca de 30% da energia elétrica consumida no estado, as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 precisam de um novo lugar para armazenar o combustível já usado em suas operações. A capacidade das duas piscinas que hoje guardam o material irradiado (diferentemente do radioativo, este pode ser reaproveitado) se esgotará entre agosto e dezembro de 2021, e a solução apresentada vem causando polêmica.

A ideia da Eletronuclear é construir um depósito na área externa, mas a obra preocupa representantes da sociedade civil e o Ministério Público Federal, que requisitou uma perícia técnica do projeto e do local escolhido.

Pelos planos da Eletronuclear, o combustível gasto, ainda com alta atividade nuclear, será transferido para uma Unidade de Armazenamento Complementar a Seco (UAS), que a empresa quer construir sobre um maciço de granito entre as duas usinas. A obra, já licitada, custará U\$ 50.277 milhões (R\$ 246 milhões). A empresa americana Holtec International venceu a concorrência. O prazo para o projeto ser executado é de 18 meses.

A estimativa da Eletronuclear é que a obra seja iniciada em janeiro de 2019. No entanto, dois fatores podem atrapalhar. O primeiro é que o Ibama e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ainda analisam o licenciamento que autoriza a implantação da UAS. O segundo é que o MPF



Pescador e líder comunitário, Dilson está apreensivo, mas dá um voto de confiança à tecnologia

conseguiu decisões judiciais obrigando a construção de um depósito final para o material.

Mais próxima de se tornar realidade, a UAS é considerada uma unidade complementar ou intermediária. Tem

duração de apenas cinco anos, período previsto para sua capacidade de armazenamento também se esgotar. Como houve recurso por parte da CNEN e da Eletronuclear contra a obrigatoriedade

estipulada, a questão foi parar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No último dia 20 de setembro, o subprocurador-geral da República, Aurélio Virgílio, enviou ofício ao STJ pedindo preferên-

cia de julgamento por se tratar de questão de extrema urgência. No entanto, ainda não há uma data marcada.

A Eletronuclear marcou uma reunião técnica sobre a UAS com a população local. José Rafael Ribeiro, conselheiro da Sociedade Angréense de Proteção Ecológica, é contra a instalação de um depósito complementar:

—Assusta quem mora nas redondezas. O mais lógico é que seja apresentado estudo para um depósito definitivo.

Já Dilson Dias, vice-presidente da Associação de Moradores da Praia Vermelha, admite o medo, mas confia na tecnologia que será empregada na obra:

—Medo dos rejeitos a gente tem, mas mesmo estando praticamente ao lado da usina acredito que seja seguro. Aqui na Praia Vermelha moram 98 famílias a 5km da usina. Todo mundo aqui sabe que é uma área de risco, mas sempre falo: temos que acreditar na tecnologia. ▸

